

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**  
**Nº 1.531.450 - PR (2019/0188826-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**EMBARGANTE : ANA MARIA ZANONI DA SILVA**  
**ADVOGADO : BRUNO CÉSAR DESCHAMPS MEIRINHO - PR048641**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRECEDENTES. Embargos indeferidos liminarmente.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de divergência interpostos por **Ana Maria Zanoni da Silva** contra acórdão proferido pela Quinta Turma, de relatoria do Ministro Ribeiro Dantas, assim ementado (fl. 679):

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. CRIME DE INJÚRIA RACIAL. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Para admissão do recurso especial com base no art. 619 do CPP, a omissão, ambiguidade, obscuridade ou contradição devem ser notórias, ou seja, imprescindíveis para o enfrentamento da questão nas Cortes superiores. Não é o que se verifica no caso dos autos, tratando-se, pois, de mero inconformismo da parte. Outrossim, ressalte-se que cabe ao julgador fundamentar todas as suas decisões, de modo a robustecê-las, bem como afastar qualquer dúvida quanto a motivação utilizada, nos termos do art. 93, IX da Constituição Federal de 1988, devendo ser considerada a conclusão lógico-sistemática adotada pelo *decisum*, como ocorre *in casu*.

2. A pretensão da agravante em desconstituir o entendimento do Tribunal de origem acerca da existência dos elementos necessários à configuração do crime de injúria racial demandaria necessariamente a incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência inviável na via estreita do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

Em suas razões, a embargante alega que o acórdão embargado divergiu do posicionamento contido no REsp n. 1.651.656/ES, de minha relatoria, oriundo da Sexta Turma, no tocante à obrigação do Tribunal de origem de enfrentar e se pronunciar acerca de omissão que tenha relevância para a solução do controvérsia, mormente sobre fatos e provas relevantes, constantes do feito (fls. 693/694).

# Superior Tribunal de Justiça

Ao final, requer a reforma do julgado, para cassar o acórdão embargado e ordenar a remessa do feito à Corte local, a fim de que examine os embargos de declaração opostos, quanto à alegação de omissão de exame e valoração das provas produzidas pela parte ré, sobretudo *quanto às testemunhas Neemias Portela e Regina Márcia Lima, de defesa, bem como da parcialidade e suspeição da testemunha de acusação Laura Rodrigues da Silva* (fl. 694).

É o relatório.

Os embargos não reúnem condições de serem processados.

Isso porque a análise quanto à existência de omissão, trazida a pretexto de divergência interpretativa acerca do art. 619 do Código de Processo Penal, passa, **necessariamente**, pela verificação de todo o processo, incluindo aí as razões recursais e a natureza das alegações nela formuladas.

Diante disso, como **cada feito possui nuances e teses próprias**, fica inviabilizada a configuração da existência de similitude fática entre as situações que deram suporte à prolação dos acórdãos recorrido e paradigma, a qual constitui pressuposto de admissibilidade dos embargos de divergência.

Nesse sentido: AgInt nos EAREsp n. 1.202.995/SP, Ministro Raul Araújo, Corte Especial, DJe 20/9/2019; EDcl nos EDv nos EREsp n. 1.171.671/PR, Ministro Joel Ilan Paciornik, Terceira Seção, DJe 5/8/2019; AgRg nos EAREsp n. 868.623/RR, Ministro Antonio Saldanha, Palheiro, Terceira Seção, DJe 6/5/2019; AgRg no EAREsp n. 979.486/MG, de minha relatoria, Terceira Seção, DJe 28/8/2018; AgRg nos EAREsp n. 540.925/PR, Ministro Og Fernandes, Corte Especial, DJe 21/3/2017; AgRg nos EREsp n. 1.043.207/SP, Ministra Regina Helena Costa, Terceira Seção, DJe 20/8/2014, dentre outros.

Ressalte-se que os embargos de divergência não se prestam para verificar eventual incorreção ou injustiça ocorridos no julgamento do recurso. A propósito: AgRg nos EAREsp n. 1.069.287/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Terceira Seção, DJe 30/5/2018; AgInt nos EREsp n. 1.517.101/PE, Ministro Og Fernandes, Corte Especial, DJe 10/4/2018; AgRg nos EREsp n. 1.405.233/PA, de minha relatoria, Terceira Seção, DJe

# *Superior Tribunal de Justiça*

27/2/2018, entre outros.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** estes embargos, a teor do art. 266-C, do RISTJ.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

